

DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos (Org.). **O estado de Bem-Estar Social no século XXI**. São Paulo: LTr, 2007.

Fabrizio Fontes de Andrade*

As instituições típicas dos Estados de bem-estar são umas das mais bem-sucedidas iniciativas desencadeadas no mundo ocidental, que têm seu berço nos países centrais do capitalismo europeu e um importante papel nos EUA após 1930.

Os sistemas de proteção social dos Estados de bem-estar social afirmaram valores como democracia, liberdade e justiça social na desigual sociedade capitalista europeia, em que até então reinavam as forças do livre mercado.

Os Estados de bem-estar social vêm, desde o início da década de 1970, sofrendo incisivas críticas, seja sobre seu conteúdo ou sobre seu objetivo. Guiados por preceitos neoliberais - operacionalizados pelo “consenso de Washington”-, tais críticas se fundamentavam na ideia de que os sistemas de proteção social teriam se tornado obsoletos, estáticos e incapazes de responder de forma consistente às novas necessidades econômicas geradas pela Globalização Econômica, restando como resposta a diminuição da presença do Estado e uma maior ação do livre mercado.

Buscando atualizar o debate sobre estes processos explicitados acima, demarcar também limites e controvérsias do projeto neoliberal, tem-se a obra *O Estado de bem estar no Século XXI*, organizada por Maurício Delgado e Lorena Porto, publicada pela LTr em 2007. O livro reúne em sete capítulos um sistemático arcabouço de artigos de autores nacionais e estrangeiros que tratam da atualidade do Estado de bem-estar social.

O *primeiro capítulo*, de autoria dos organizadores do livro, sintetiza os demais artigos contidos na obra, expondo o percurso do Estado de bem-estar e sua atualidade e funcionalidade ao desenvolvimento das nações. Os autores destacam que a despeito das fortes críticas que o EBES (Estado de bem-estar social) vem recebendo nos últimos trinta anos, este não foi desconstruído, não somente pela necessidade de preservação das conquistas sociais, mas também pela posição privilegiada que ele proporciona ao Estado/nação, pela formação de capital humano e configuração de um mercado interno fortalecido. Para estes autores, “[...] ficam claras, portanto, as profundas atualidade e funcionalidade do EBES no capitalismo contemporâneo”. (p. 29).

No *segundo capítulo*, do professor Carlos Faria, o objetivo é analisar as diferentes teorias sobre o surgimento e o desenvolvimento dos *Welfare State*, assim como suas tipificações, enfatizando as diferentes tipologias. No decorrer do texto, Faria destaca a existência de diferentes correntes explicativas para o fenômeno do Welfare State, que genericamente buscam delimitar as seguintes variáveis: 1) Disponibilidade de algum excedente econômico; 2) O papel do desenvolvimento no pós-guerra; e 3) A centralização e a capacidade administrativa do Estado. No que toca as correntes explicativas, o autor

* Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes; professor assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB. *E-mail*: fabriciof8@yahoo.com.br. Tel: (75) 91508961.

destaca as principais, “Lógica da Industrialização”; “Teoria da Cidadania”; “Perspectiva neomarxista”; e a “Institucionalista”, destacando posteriormente a crítica feminista a estas análises centradas no “homem provedor”. O artigo busca, portanto, traçar um panorama geral do *mainstream* das teorias políticas sociais.

O *terceiro capítulo*, escrito pelo professor Stein Kuhnle, convida-nos à discussão sobre os aspectos concernentes às políticas sociais e à globalização, ou seja, busca delimitar no atual estágio global quais as conexões entre tal fenômeno e o desenvolvimento das políticas sociais. Não obstante, para o autor, o processo de globalização é dinâmico, sendo que “se refere ao processo através do qual o Estado-Nação está se tornando mais aberto a influências supranacionais [...] ou transnacionais” (p. 89). Influências estas que se apresentam por diferentes vertentes, econômica, política e cultural, e dentre as quais a dimensão econômica tem sido mais estudada. Para Kuhnle, os estudos centrados na globalização econômica, enfatizam as presumíveis pressões às políticas direcionadas a oferta de bem-estar, situação que, para ele, não leva a uma ligação direta entre globalização econômica e desenvolvimento das políticas sociais. Quanto aos aspectos referentes à *globalização política*, o autor disserta que estes são identificados como o aumento das interações internacionais e supranacionais que, por meio de diversas agências – bastante heterogêneas diga-se –, tenta tornar globais temas e questões políticas tais como direitos humanos etc. o autor ressalta que neste aspecto político – entendido como conciliações e disputas sobre diversos valores – nenhum determinismo é plausível. Por sua vez, a chamada globalização cultural está identificada a livre circulação de informações e “tipos de vida”. Ele contesta a tese de que a globalização estaria levando a uma uniformização das ideias, pois, “[...] As idéias podem inspirar ‘contra-idéias’” (p. 94), inspirando discussões sobre os direitos sociais. O autor conclui nesta discussão que não existe transposição direta entre globalização (sobretudo o aspecto econômico) e o desenvolvimento das políticas sociais e que, a despeito das teses neoliberais, os países reagem diferentemente aos processos de globalização. Portanto, a globalização gera efeitos sobre os Estados de bem-estar, mas tais efeitos são mediados por arranjos institucionais e respostas políticas locais, e desta forma as dimensões políticas e culturais são tão importantes quanto a economia.

Stein Kuhnle publica ainda o *sétimo* e último capítulo do livro, no qual busca analisar as peculiaridades do sistema nórdico de proteção social – países que até a metade do século XX figuravam entre os mais pobres da Europa –, que por meio de extensas provisões públicas enfatizam a cidadania social e a coordenação institucional. Dentre as características destes sistemas, o autor destaca o grau de intervenção estatal; sistema de seguro social amplo; relativa igualdade entre homens e mulheres; grande ênfase na provisão de serviços (creches, asilos, assistência domiciliar etc). Quanto às mudanças nos sistemas de proteção social, ele enfatiza que embora tenham ocorrido mudanças, estas não foram capazes de impactar os eixos estruturantes desses sistemas.

O *quarto capítulo*, do professor e pesquisador italiano Maurizio Ferrera, enfatiza as diferentes tentativas de reforma dos sistemas de proteção social na Europa. Para Ferrera, os diversos países devem enfrentar o desafio de reformar sua arquitetura de bem-estar, que se defrontam com duas grandes questões: a) a transição demográfica e social, com declínio dos nascimentos e aumento da expectativa de vida e as novas relações de gênero; e b) a transição econômica em direção a uma economia de serviços, ou mesmo uma economia do conhecimento. Não obstante, estas transições

desencadeariam os seguintes riscos: 1) de defasagem de conhecimento em relação aos jovens; e 2) de dualização da economia setores dinâmicos x setores de baixa qualificação. Para enfrentar tais questōes, este autor aponta a chamada “recalibraem”, que seria a busca da adaptação dos Estados de Bem-estar social aos novos riscos e desafios da nova condição social da Europa. Porém, ele não direciona análise para as diversas trajetōrias institucionais da recalibraem e as forças sociais em disputa.

O *quinto e extenso capitulo*, de Merrien, destaca as mudanças no padrão de acumulação econômica mundial e os desafios postos aos diferentes sistemas de proteção social, apontando que: “[...] o argumento da globalização e da impossibilidade da soberania social dos estados modernos merece ser examinado de maneira mais precisa” (p. 121). Deste modo, este autor relativiza a importância decisiva dos processos externos das pressōes econômicas, buscando enfatizar questōes de ordem interna. Chama a atenção para as transformaōes e mudanças na base de sustentação dos Estados de bem-estar social, seu apogeu e momento de crise, e a pressão por sua reforma. Exemplifica diferentes trajetōrias de mudança e seus reflexos, sintetizando que “[...] o novo dilema das polıticas sociais é, assim, o de saber como manter o esforço social indispensável quando os remanejamentos e as mudanças aplicadas ao orçamento ou  inflação não são mais possıveis”. (p. 154).

O penúltimo e *sexto capitulo*, de Manow, - que aqui  propositalmente deixado por ultimo pela sua sıntese bem acabada das intenōes dos autores -, explicita as vantagens institucionais comparativas dos *Welfare State* e as coalizōes no escopo de sua reforma. A questão que norteia o texto, e o livro como um todo, é saber em que amplitude as reformas em disputa são incentivadas e encorajadas pela amplitude dos sistemas de proteção social no centro das principais economias de mercado nacionais. Diante das diversas tentativas e projetos de mudança, camufladas sob os diferentes vieses, o autor defende, ao contrário das teses liberais e neoliberais, que as polıticas sociais podem aumentar e não solapar as economias dos paıses, constituindo-se uma grande vantagem comparativa, devido à formação de capital humano e gerência dos riscos. Desta forma, para Manow, os paıses que ofertam extensos sistemas de proteção social “[...] possuem uma vantagem comparativa frente a seus concorrentes – em certos segmentos do mercado – se as instituiōes reduzem o alto grau de vulnerabilidade envolvido em longas cadeias de transaōes e em investimentos de longo prazo” (p. 174).

Logo, esta obra aqui resenhada, torna-se importante referência aos pesquisadores e gestores no campo das polıticas sociais e sistemas de proteção social, sobretudo por trazer importantes questōes e indıcios sobre as diversas experiências de reforma dos *Welfare States*, conseguindo superar o reducionismo de elaboraōes teōricas que não se fazem acompanhadas de uma base de sustentação empırica. Portanto, a obra referida possibilita a reposição do debate sobre os sistemas de proteção social e o aprofundamento deste conceito nos diversos paıses ao redor do mundo.

Recebido em: 06/06/2010

Aprovado em: 05/08/2010